

REVISTA



Nº 1 - MAIO 2019

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



ENTREVISTA **BIA ABRAMO**

Arte e cultura popular serão a pedra no sapato do governo

MAPEAMENTO DOS
MOVIMENTOS E COLETIVOS
DAS PERIFÉRIAS

**O campo do
trabalho**

ARTIGO

**Economia da violência
doméstica**

AGENDA DE LUTAS
ABRIL E JUNHO DE 2019

Viva a luta das trabalhadoras e trabalhadores!

Em 1º de Maio celebramos o Dia Internacional dos Trabalhadores(as). No Brasil, esse ano a data foi marcada por duas inéditas situações: por um lado, foi a primeira vez da história do nosso país, desde 1930, que passamos por ela sem a existência do Ministério do Trabalho; e, por outro lado, também foi nova a realização de um ato público unificado, entre todas centrais sindicais brasileiras, com foco na defesa da aposentadoria e contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro. Considerando esse cenário, essa edição da **Revista Reconexão Periferias** será dedicada à reflexão sobre o atual sentido do trabalho na vida das pessoas, e à reafirmação da centralidade da luta da classe trabalhadora para as necessárias e urgentes

ROGÉRIO CHAVES



PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** DAVID ESMEL MARQUES DA SILVA, ISAÍAS DALLE, JACQUELINE SINHORETTO, JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO, UVANDERSON VITOR DA SILVA ■ **COLABORADOR ESPECIAL** CÁSSIO NOGUEIRA ■ **EDITOR** ROGÉRIO CHAVES ■ **REVISÃO** CLAUDIA ANDREOTTI ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ **FOTO DA CAPA** 1º DE MAIO, SÃO PAULO, 2019 (ROGÉRIO CHAVES) ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** MARCIO POCHMANN (PRESIDENTE), ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS (DIRETOR), ISABEL DOS ANJOS LEANDRO (DIRETORA), JOAQUIM CALHEIROS SORIANO (DIRETOR), ROSANA RAMOS (DIRETORA)

transformações em nossa sociedade.

A origem dessa celebração, nessa data, está vinculada à luta pela redução da jornada de trabalho, bandeira que mantém sua atualidade estratégica. Em meados do século XIX, a jornada média de trabalho, no país central do Capitalismo, os EUA, era de 15 horas diárias, o que gerou uma série de manifestações que acumularam para a convocação de uma greve geral nacional, iniciada no primeiro dia de maio de 1886, mês da maioria das renovações dos contratos coletivos de trabalho até então. A luta não foi fácil. Os capitalistas organizaram milícias armadas contra os operários e operárias, e o governo federal, apoiado pela mídia nacional, acionou o Exército para reprimir as manifestações, o que resultou em conflitos que levaram à morte de manifestantes e policiais. Desde então, em todo o mundo, Centrais Sindicais, movimentos populares e partidos de esquerda utilizam a data para celebrar a luta

dos trabalhadores(as) e realizar manifestações em prol da defesa de direitos trabalhistas.

No Brasil, este dia também ficou marcado por ser a data em que o salário-mínimo passou a vigorar de fato, em 1º de maio de 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, responsável, inclusive, pela criação do Ministério do Trabalho, em 1930. Exato um ano depois, foi criada a Justiça do Trabalho, destinada a resolver questões judiciais relacionadas, especificamente, às relações de trabalho e aos direitos dos trabalhadores(as).

Nas décadas seguintes, esse dia continuou sendo de manifestações por todo o país. Sob o governo Lula, somadas às manifestações, foram realizadas anualmente as Marchas da Classe Trabalhadora à Brasília, por iniciativa e protagonismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), envolvendo, em conjunto, uma série de movimentos sociais populares. As duas primeiras Marchas, em 2004

e 2005, conquistaram reajustes expressivos para o salário-mínimo nos anos seguintes. Com a terceira Marcha, em 2006, foram conquistados o aumento do valor do salário-mínimo de 2007 e a adoção de uma política nacional de valorização permanente desta remuneração, que passou a vigorar a partir de 2008.

Tais conquistas inseriram-se em um período no qual o governo compreendia e valorizava o papel do Estado no combate às desigualdades sociais, e como indutor do desenvolvimento. Nessa época, o Brasil chegou a ter níveis menores do que 5% de desemprego, com crescimento econômico recorde de 7,5% ao ano. A parcela da população trabalhadora na formalidade cresceu, e os direitos trabalhistas foram ampliados para as trabalhadoras domésticas, antes excluídas de direitos básicos. Contudo, após um golpe jurídico parlamentar para impedir a continuidade dos avanços que vínhamos conquistando nos governos do PT, Michel

Temer (MDB) assumiu a presidência. Com Temer tivemos a aprovação da Reforma Trabalhista, que abriu espaço para a ampliação da informalidade, para o desemprego crescente e para a diminuição do papel do Estado como mediador de conflitos trabalhistas.

A chegada de Bolsonaro à presidência aprofundou a posição de Temer, com o presidente expressando de forma literal que seu plano para os trabalhadores e trabalhadoras é a total inexistência de direitos trabalhistas prévios a um acordo individual entre patrões e empregados. Sua posição ideológica reforça a desresponsabilização do Estado como fonte jurídica e simbólica de direitos, cidadania e justiça. Isto significa, por exemplo, a desregulamentação do trabalho por aplicativos, que tem sido chamado de “uberização” do trabalho, sem uma legislação trabalhista que proteja os trabalhadores(as) desse segmento, por exemplo, quanto à limitação da jornada de trabalho diária, à responsabilização por acidentes e doenças advindas

do trabalho ou até mesmo a existência de um limite máximo da porcentagem exigida pelas empresas donas dos aplicativos como repasse obrigatório da renda diária obtida por seus trabalhadores(as).

Temos hoje mais de 13 milhões de desempregados(as) no Brasil. Da parcela que consegue um emprego, 33 milhões estão na informalidade, ou seja, sem nenhum direito garantido. A rotina e as condições de trabalho voltam a se parecer com aquelas que deram origem ao 1º de Maio no século XIV: jornadas de mais de 15 horas, trabalhos que fazem as pessoas adoecerem, e com o(a) trabalhador(a) jogado(a) à própria sorte individual para sua sobrevivência.

Essa situação nos leva à reflexão do sentido que o trabalho cumpre atualmente em nossas vidas: nos permite alguma realização ou é pura e simplesmente exploração? A resposta a essa questão certamente será diferente dependendo do contexto no qual a pessoa que responda esteja: o tipo de

trabalho que ela possui, os vínculos e direitos trabalhistas que lhes sejam garantidos, a jornada diária que cumpre, a renda que consegue obter, entre outros aspectos.

Em um primeiro olhar para as periferias brasileiras, encontramos majoritariamente situações de trabalho de alta exploração, com o tempo de vida das pessoas praticamente tomado por completo entre a ida, permanência e volta do trabalho, realizando tarefas que em nada permitem sua realização pessoal e que lhes tolgem suas possibilidades de tempo livre para a fruição coletiva e para a convivência familiar. Situação agravada ainda mais no caso das mulheres negras, maioria da população que se vê obrigada a somar à sua jornada de trabalho produtivo as tarefas de cuidado familiar e doméstico.

Todavia, há que apurar o olhar para conseguir enxergar também as resistências a esse cenário. Nas periferias resiste a

força daqueles e daquelas que, também apesar das condições de exploração, encontram realização pessoal na sua prática diária de sobrevivência. Trabalhadores e trabalhadoras da cultura, da beleza, da moda, da gastronomia, da comunicação, das mais diversas áreas, que encontram em suas comunidades espaços para que sua geração de renda também signifique autorrealização. Essa situação, contudo, não se confunde com a propaganda liberal em defesa da ideia do empreendedorismo, que nada mais é do que um apelo para que a maioria da classe trabalhadora renuncie a seus direitos garantidos historicamente. Pelo contrário, evidencia possibilidades nas quais o trabalho também pode significar realização pessoal, mas nas quais o Estado precisa intervir para garantir condições minimamente adequadas, o que reforça a necessidade do papel que o Estado poderia cumprir para sua valorização. Ele deveria atuar no sentido de garantir políticas de seguridade social, que



incluem a previdência, saúde e assistência, assim como em demais políticas redistributivas, que possuam o atributo de permitir aos indivíduos o exercício do direito ao trabalho, à fruição cultural e à participação política.

Sabemos que os tempos atuais são de colossais ataques à classe trabalhadora, desde suas conquistas históricas às mais recentes. Não só em nosso país, mas também em nível internacional. Entretanto, reafirmamos a necessidade de não perder do horizonte a utopia de que o trabalho deixe de ser fonte de exploração, e passe a ser fonte de realização.

Retomar a dimensão da autorrealização pelo trabalho é tanto o meio quanto fim de uma atividade organizativa emancipadora e transformadora da realidade prática. É bater na centralidade da sustentação desse sistema capitalista que vende falsas ideias de realização para explorar cada vez mais as pessoas. Certamente não há receita pronta para isso acontecer, é um caminho que se fará caminhando. O que sabemos é que isso acontece por meio do diálogo, da presença nas ruas, no contato direto e continuado com a população trabalhadora das periferias. ■

Economia da violência doméstica

JULIANA BORGES

JULIANA BORGES

É ESCRITORA, AUTORA DO LIVRO *ENCARCERAMENTO EM MASSA* E CONSULTORA DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS NA ÁREA DE VIOLÊNCIA

A violência contra as mulheres expressa-se pelo sentido de dominação dos homens em relação às mulheres. Ou seja, uma dimensão da violência que se realiza, muitas vezes, no ambiente doméstico – tanto no interior quanto fora do domicílio –, a partir de desigualdades construídas sob estruturas de poder patriarcais. Conforme aponta Heleieth Saffioti (2015), “violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino”.

Em 2017 foram registrados 221.238 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres no âmbito doméstico¹. E uma em cada 10 mulheres sofreu violência física. Santa Catarina é o estado que apresentou a pior taxa, com 225,9 casos a cada

Em 2017 foram registrados 221.238 casos de lesão corporal dolosa contra mulheres no âmbito doméstico.

100 mil habitantes. Um dado interessante é que Santa Catarina foi o estado que mais aderiu ao bolsonarismo nas eleições presidenciais de 2018, com 65,82% dos votos válidos no primeiro turno e 75,92% no segundo turno². As imbricações entre o atual cenário político e a percepção de aumento da violência contra as mulheres não é um acaso: 30% dos homens pesquisados que declararam ter a intenção de comprar armas apresentaram visão menos positiva sobre o feminismo.

Mas o que faz estas mulheres não romperem com este ciclo de violência? Cada vez mais, as mulheres têm reconhecido as agressões sofridas.

Contudo, de acordo com pesquisa Datafolha, divulgada em abril de 2019, ainda é preciso atentar-mos para a subnotificação dos casos: “apenas 22% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano procuraram algum órgão oficial”. Muitas vezes, mulheres em situação de violência deixam de denunciar pela dependência econômica de seus agressores. Em casos em que não há dependência econômica, muitas vezes o medo de represálias, a vergonha social etc. Segundo a pesquisa realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência e pelo DataSenado, em 2017, a desconfiança das mulheres em relação aos serviços públicos também é um elemento para a baixa procura de órgãos oficiais: “20% das mulheres entrevistadas acreditam que a Lei Maria da Penha não protege as mulheres, enquanto que 53% delas afirmaram que a lei pro-

1. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018.

2. TSE E PORTAL CATARINAS. DISPONÍVEL EM [HTTPS://CATARINAS.INFO/ESTADO-QUE-MAIS-ADERIU-AO-BOLSONARISMO-E-LIDEREM-VIOLENCIA-CONTRA-AS-MULHERES](https://catarinas.info/estado-que-mais-aderiu-ao-bolsonarismo-e-liderem-violencia-contra-as-mulheres). ACESSO EM: 25.ABR.2019.



tege apenas em parte”. O relatório do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (COHRE), “Um lugar no mundo”, apresentou o fator econômico como primeira questão apresentada para mulheres que não denunciaram seus agressores – o relatório entrevistou mulheres do Brasil, Argentina e Colômbia. A ONG apontou, com isso, que a questão da moradia e refúgios adequados para situações emergenciais podem ser um fator importantíssimo para que as mulheres rompam com o círculo de violência. Con-

Muitas vezes, mulheres em situação de violência deixam de denunciar pela dependência econômica de seus agressores.

tudo, o relatório alerta que pouquíssimas políticas públicas desenvolvidas na área compreendem o fator “moradia” para a resolubilidade da situação.

A violência também impacta na produtividade e na oferta de trabalho das mulheres. Segundo

o Relatório “Violência doméstica e seu impacto no mercado de trabalho e na produtividade das mulheres”, produzido pela Universidade Federal do Ceará, em 2017, os impactos atingem: a capacidade de trabalho; de decisão; o nível de estresse; há correlação negativa entre violência doméstica com o salário-hora da mulher, afetando principalmente as mulheres negras; e a maior instabilidade no mercado de trabalho, posto que as mulheres em situação de violência alternam curtos períodos

trabalhando e longos períodos desempregadas. Ainda segundo o relatório, em média, mulheres que sofrem violência têm faltas atribuídas em dezoito dias do ano, com impactos de cerca de 1 bilhão de reais na economia brasileira. Os efeitos da violência doméstica, que se relacionam também com a baixa produtividade, são as sequelas emocionais e psicológicas ocasionadas, já que estas violências afetam a confiança da mulher em si mesma.

Neste sentido, pensar a questão da autonomia econômica como um dos principais fatores para que as mulheres possam romper e denunciar a violência em que vivem precisa ter uma visão mais abrangente, compreendendo que, para além de programas que busquem inserir mulheres no mercado de trabalho, é preciso pensar em fatores como moradia e estabilidade, posto que o relatório aponta que, em alguns casos, mulheres em situação de violência também perderam empregos, em contraposição à Lei Maria da Peña, que

A questão da moradia e refúgios adequados para situações emergenciais podem ser um fator importantíssimo.

determina a estabilidade no trabalho para vítimas de violência (artigo 9, parágrafo 2º, inciso II). Além disso, e como já sabido, é preciso fortalecer e ampliar equipamentos de enfrentamento à violência contra as mulheres, como Centros de Referência da Mulher, com atendimento psicossocial que dê conta da demanda com qualidade; maior integração entre as Delegacias da Mulher, sendo estas ampliadas; Ministério Público; fortalecimento e interiorização das Defensorias nos Estados; Tribunais de Justiça; ampliação de Casas de Passagem e abrigos sigilosos; ampliação das portas de entrada e de serviços de apoio, principalmente nas periferias, e com funcionamento aos finais de semana; maior integração com a rede de Assistência Social, para encaminhamento a programas de modo emergencial; bem

como integração entre municípios, estados e governo federal.

A violência contra as mulheres é uma questão endêmica e fundamental para a garantia da igualdade e da equidade, e que não se resolverá com discussões totalmente desviantes sobre a cor das roupas de crianças, mas de uma necessária ação do Estado como promotor de direitos. ■

REFERÊNCIAS

CENTRE ON HOUSING RIGHTS & EVICTIONS – COHRE. Women and housing rights. Sources 5, 2008.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo. *Relatório executivo violência doméstica e seu impacto no mercado de trabalho e na produtividade das mulheres*. Universidade Federal do Ceará, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2015.

SENADO FEDERAL. *Observatório da Mulher contra a Violência*. Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília: DATASENADO, 2018.

Expectativas e críticas sobre o trabalho formal

ANA MÁRCIA ALMEIDA PEREIRA

ANA MÁRCIA ALMEIDA PEREIRA É DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. INTEGROU A EQUIPE DE PESQUISADORES DO ESTUDO “INFORMALIDADE E PERIFERIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”, REALIZADO EM 2018.



SEBRAE/SP

Este texto se conecta à pesquisa “Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo” e ao esforço coletivo de pesquisadores(as) para apresentar ao público de interesse aspectos relevantes dos achados de campo sobre a trajetória de trabalhadores informais nesse contexto. Para tanto, dando sequência ao debate

colocado na *Revista Reconexão Periferias* do mês de abril/2019, focaremos os resultados no eixo “trabalhadores(as) informais e suas expectativas e críticas sobre o trabalho formal”.

Em geral, há de se destacar pontos de contato entre as histórias dos trabalhadores pesquisados com implicações no modo

como se inserem e permanecem na informalidade, posicionados como autônomos ou assalariados sem carteira. Vale salientar que as suas trajetórias são atravessadas pelos territórios nos quais se situam conformando heterogeneidades nos percursos ocupacionais. Estes elementos contextuais combinados às especificidades dos

setores produtivos e às clivagens de sexo, raça, escolaridade no mercado de trabalho influenciam na construção das expectativas e críticas sobre a formalidade.

Os relatos de campo evidenciaram que a maioria dos entrevistados não tem o trabalho formal no horizonte ocupacional. Nessa situação, encontram-se: os vendedores ambulantes nas regiões Sul e Sudeste; costureiras no Nordeste; manicures na região Sul e Centro-Oeste. Para estes trabalhadores, as justificativas se concentram nas desvantagens do vínculo formal, especialmente no tocante à renda. Ou seja, eles entendem que a permanência na informalidade significa ter um “salário” maior no final do mês. Além disso, apontam que as exigências postas no mercado de trabalho formal, tais como qualificação e experiência comprovadas, os colocam num patamar rebaixado de inserção, sendo estes também fatores que dificultam a

Os relatos de campo evidenciaram que a maioria dos entrevistados não tem o trabalho formal no horizonte ocupacional.

disputa por uma vaga no trabalho protegido. Este ciclo de reprodução na informalidade pôde ser observado no relato dos trabalhadores, mas que encontra “resistência” por parte de um dos *motoboys* entrevistados, ao apontar os riscos da informalidade:

“Eu preferia estar de carteira assinada porque o dia que não desse mais certo aqui eu ia sair de lá

recebia os meus direitos e ia conseguir me manter por uns tempos, e agora se eu sair de lá eu saio com uma mão na frente e outra atrás, eu não vou ter nada guardado, e tipo eu saio de lá hoje e no outro dia eu já tenho que me engajar em outro, se eu ficar parado só Deus sabe o que vai acontecer”. (João², 32 anos, *motoboy*, residente em São Luis/MA, ensino médio completo, aproximadamente 10 anos no trabalho informal)

A percepção dos direitos atrelados à carteira de trabalho assinada e o suporte do aparato legal em contextos adversos se conecta com a atração pela “liberdade” e “autonomia” que



MORQUEFILE

a informalidade lhes proporciona, traduzida na ausência de patrão e na possibilidade de tomar decisões sobre a jornada de trabalho, os ganhos, a relação com clientes e fornecedores, anteriormente sob o controle de terceiros, na base do autoritarismo e da exploração. Outro aspecto destacado é a possibilidade de combinar o tempo com outras atividades, muito acionado por mulheres, pardas, costureiras e nordestinas na conciliação do trabalho produtivo com as tarefas domésticas e de cuidado na família.

“Assim, para mim em casa eu acho melhor, porque, assim, em casa eu não tenho aquela meta de ter que cumprir aquele horário, eu mesmo faço meu horário, posso cuidar da minha casa, posso cuidar dos meus filhos [...] você tem que acordar cedo, deixar tudo pronto, **corre**, sai de meio-dia, **corre** para casa, aí ajeita o comer, ajeita o menino, aí quando chega de noite você tem que ajeitar a janta, aí tem uma coisa e outra para fazer, então

acho que fica mais corrido [...]”. (Lúcia, 39 anos, costureira, ensino médio incompleto, residente em Caruaru/PE, 20 anos no trabalho informal).

Estes pontos tocam na problemática das relações de gênero que estruturam o mercado de trabalho brasileiro, sobretudo referente à intensificação do trabalho pela via da dupla jornada, por vezes traduzida como “corre-corre”, mas naturalizada e entendida como “trabalho de mulher” também pelas pesquisadas no trabalho por conta própria domiciliar.

Há de se destacar que as experiências no trabalho assalariado (com e sem carteira) vão contribuindo para o aprendizado das habilidades requeridas para a atuação como informal, cujo capital social é angariado neste percurso e associado à rede

Outro aspecto destacado é a possibilidade de combinar o tempo com outras atividades

de proximidade e parentesco, formando laços de solidariedade conectados ao núcleo familiar, que acaba por executar papel central de socialização no trabalho informal (relatos de empreendimentos familiares situados em “garagens” e “fundos de quintais”).

Diante do que debatemos até o momento¹, percebemos que as chances de inserção no emprego formal se encontram limitadas para os trabalhadores pesquisados, mergulhados nas suas experiências e numa *maneira de fazer* própria da informalidade. Mas, longe de cairmos num determinismo, no encontro entre contexto e trajetória individual, e percebendo as conexões entre as ocupações formais e as informais, observamos que a sua vida-trabalho foi sedimentando, naturalizando, de certa forma, disposições para o risco, e as condições inerentes ao trabalho informal, desprotegido. Tais fatores concorrem para a fragmentação da classe trabalhadora e cria dificuldades para o exercício da cidadania. ■

1. ESTE TEXTO SE BENEFICOU DOS RESULTADOS DIVULGADOS PELA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA) NO RELATÓRIO DENOMINADO “INFORMALIDADE E PERIFERIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”, NO ANO DE 2018, E EXPLOROU PARTE DOS PONTOS APRESENTADOS NO RELATÓRIO. AGRADECEMOS À FPA POR DISPONIBILIZAR AS INFORMAÇÕES, ASSIM COMO À PESQUISADORA LUDMILA ABÍLIO PELA COORDENAÇÃO DO PROJETO.

Arte e cultura popular serão a pedra no sapato do governo



GIGANTES PELA PRÓPRIA NATUREZA, ORQUESTRA DE RUA SOBRE PERNAS DE PAU FORMADAS POR JOVENS IDENTIFICADOS COM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA (RODRIGO SOLDON)

Em tempos sombrios, grande parte da resistência e rebeldia contra as vozes que se pretendem dominantes vem da arte e da cultura. Isso é histórico, não podem negá-lo sequer aqueles que tentam descredenciar verdades como a redondeza da Terra.

Bia Abramo, jornalista especializada em cultura, com afinidade maior com a música, como ela mesma faz questão de dizer,

aposta que a produção e a fruição cultural e artística serão a “pedra no sapato” do atual governo federal.

Não por acaso, essa é uma das energias que mais desagradam o governo e contra a qual mais lança petardos. E tudo o que lhe é inerente ou lhe serve de berço, como as escolas, as universidades e as pessoas em busca de liberdade. O poder transformador que tanto causa medo ao autoritarismo.

As mobilizações do último dia 15 de maio confirmam tanto o medo do governo quanto a aposta de Bia Abramo.

A jornalista participou da elaboração de um livro-pesquisa, *Culturas nas Capitais*, que dá mais algumas pistas sobre esse espaço de ebulição em que cultura, arte e educação se misturam. A pesquisa de opinião que lastreia este trabalho ouviu quase 11 mil

pessoas em 10 capitais, de todas as faixas de renda, níveis escolares e religiosidades. Algumas impressões mais ou menos aceitas se confirmaram: se renda amplia ou dificulta o acesso à arte e à cultura, é também verdade que o estudo tem poder muito maior de ampliar esses horizontes e romper limites. Na verdade, duas vezes maior. A ascensão na escala educacional leva as pessoas a consumirem e produzirem mais arte e cultura, a despeito do bolso.

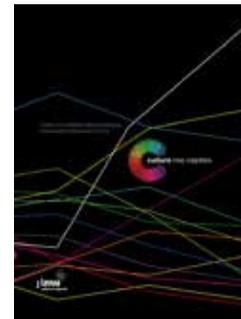
Evidência disso é que um terço da população afirma frequentar atividades culturais gratuitas, sendo que nas classes D e E são 56% os que dizem fazê-lo. Estes dados podem dialogar com a atuação do Reconexão Periferias e os coletivos que o projeto acompanha: arte na rua é transformadora.

RC: Fale um pouco sobre a informalidade de quem trabalha no segmento de cultura e artes, algo que me parece anterior à legislação atual, que legaliza a informalidade em diferentes setores.

Bia: Com certeza, é algo anterior. Eu não sou especialista, sou apenas alguém que vivencia essa situação. Tenho uma observação empírica. Participei de uma pesquisa, feita entre 2017 e 2018, encomendada por um grupo ao Datafolha, sobre o consumo de cultura nas capitais brasileiras. A pesquisa é muito rica, porque foi feita em 10 capitais brasileiras, e com resultados surpreendentes. Alguns óbvios: pessoas de menor renda não consomem, há pessoas que nunca foram a um evento cultural, nenhum show, nenhuma peça, nenhum filme. Os resultados foram comentados por pessoas da área de cultura e arte e foram editados em livro, à disposição na internet. O objetivo é que essa pesquisa seja utilizada por gente que formula políticas públicas, empresas, enfim. Nunca ninguém havia feito uma pesquisa desse porte.

Eu sou jornalista de cultura. O que a gente sabe, quem trabalha com cultura tem uma vida absolutamente informal, há mil anos, sempre teve. Nós, os

jornalistas, já vivenciamos isso há mais de 10 anos, antes de qualquer crise. Mas quem vive de cultura é pior ainda. Poucos equipamentos que empregam gente, poucas oportunidades – como você vira um curador de museu, por exemplo?; como sobrevive um músico de orquestra?; um grupo de teatro? Isso tudo é ultracomplorado, certo? Até porque o trabalho criativo tem outras características. A imagem muito presente no cinema americano de que todo garçom é, no fundo, um ator é real, porque você precisa de um emprego que pague seu aluguel, certo? A atividade artística é cara de fazer, tem tempos que não são os tempos das outras profissões, e exige dedicação difícil de conciliar com outros trabalhos. Ou consegue fazer isso ou permanece num nível amador. Claro, num momento de crise, a primeira coisa a sofrer corte é a cultura, tanto no consumo quanto no financiamento, quantidade de pessoas trabalhando nos equipamentos. As pessoas precisam fazer escolhas dramáticas. Como



CAPA DO LIVRO-PESQUISA CULTURA NAS CAPITAIS.

DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://GALLERY.MAILCHIMP.COM/05442587AA58C206175D60AC5/FILES/37BFA35D-3D90-49FD-85BB-2E832F1E2B05/PDF_CULTURA_NA_CAPITAIS.PDF](https://gallery.mailchimp.com/05442587AA58C206175D60AC5/FILES/37BFA35D-3D90-49FD-85BB-2E832F1E2B05/PDF_CULTURA_NA_CAPITAIS.PDF)>.
ACESSO EM: 22 MAIO 2019.

FEIRA DO LIVRO DE
PORTO ALEGRE, 2011
(MARCOS NAGELSTEIN)



é que você escreve um livro? Quanto tempo se leva pra escrever um livro?

Além do aspecto econômico, que se agrava a cada dia, há um velho cenário renovado: um profundo desprezo manifesto do governo federal pelas artes e pela cultura. Há um ataque explícito. Num momento como esse, qual o desafio que surge para quem vive e para quem quer viver da produção artística?

Os ataques, desde a sobrevivência até a perseguição, certo? Tome como exemplo um cara que não começou anteontem, tipo José Celso Martinez Corrêa. Um cara premiado, festejado, um professor. Um cara que formou

gerações de atores, dramaturgos, está ameaçado de não conseguir um terreno, de não sobreviver. A briga dele com o Sílvio Santos é uma briga econômica que se arrasta há vários governos. Agora é que ele não vai conseguir.

Essa coisa que começou a levantar um pouquinho, nos governos Lula e Dilma, que é a cultura da periferia, a cultura dos pobres, bem, estão matando as pessoas. São muitos desafios de sobrevivência econômica, política e artística.

Nessa convivência que você tem com a produção cultural e artística das periferias, há algum movimento, alguma reorganização

dos coletivos que já se destaca?

O que sei é que desde o golpe os coletivos estão pressionando, cobrando. O André Sturm (ex-secretário de Cultura municipal de São Paulo) hoje tem uma vida de merda: foi aceitando os cortes, a quebra de compromissos do prefeito e agora do governador, e acabou massacrado. Mas, de qualquer maneira, a possibilidade de resistência muitas vezes reside na cultura.

Você acredita que hoje há mais espaço para vozes subordinadas que antes estavam silenciadas? Se sim, pode residir aí um diferencial importante entre a resistência que se fez na cultura no período 1964-1989 e o momento atual, na resistência que se faz necessária agora?

Sem dúvida houve um ganho incrível nos últimos tempos. Há coisas muito novas e boas que ganharam espaço. Mas eu acho que o principal avanço foi o aumento no número de atores. E há coisas que não têm volta. Como essa coisa do machismo: não tem volta. Recentemente



MARACATU NO
PLANALTO CENTRAL
(ROGÉRIO TOMAZ JR.)

o Instituto Moreira Salles foi fazer um debate sobre poesia e só tinha homem debatendo na mesa e representado. Isso deu um puta bafafá. Os caras voltaram atrás, pediram desculpas. Esse tipo de coisa pode nos proteger da merda que vem vindo. Mas essa merda que vem vindo, diferentemente da época de 1964, é que esse governo foi eleito. Num certo sentido, é muito maior. Ter sido eleito é uma puta diferença. Há também um fundamentalismo evangélico que não existia. E o ataque que se faz às universidades? Há muito do que se vê hoje nas novas culturas das periferias que nasceu com

a ajuda da academia, da formulação teórica e até do jornalismo – coitado do jornalismo – que ajudou a difundir. Eu descobri muitas coisas através da imprensa, tempos atrás.

Você nota algo de novo que mereça ser ouvido, visto ou lido?

Olha, num mundo menos midiático, era muito mais fácil você descobrir o que você não sabia. Hoje em dia há tanta informação, há tantas tendências, coisas que têm vida curta. O que as publicações especializadas em música – *Melody Maker*, *Musical Express*, por exemplo – faziam, de seis em seis meses, de cravar: essa é a

próxima tendência, isso hoje é impossível de fazer em música. Im-pos-sí-vel. Mas eu continuo ouvindo muita música, e música brasileira. Acho *funk* muito mais interessante hoje que o *rap*. Adoro música paraense, porque adoro música eletrônica. Eu acompanho mais música que outras manifestações, por razões estritamente pessoais, de gosto. O que eu acho mais importante na música brasileira é o sincretismo. Isso não pode morrer. Isso não vai morrer. Isso é tendência, essa abundância de criatividade. Somos um povo que num momento difícil como esse, miserável, mantemos isso. ■

O campo do trabalho

JAQUELINE LIMA E VICTORIA LUSTOSA BRAGA

JAQUELINE LIMA É SOCIOLOGA E CONSULTORA NO EIXO “CULTURA” NO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS E NO “MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS”.
VICTORIA LUSTOSA BRAGA É ESTAGIÁRIA NO MESMO PROJETO E NO MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS.

1. 37% NO NORDESTE, 34% NO SUDESTE, 15% NO NORTE, 8% NO CENTRO-OESTE E 6% NO SUL.

O mapeamento de movimentos e coletivos das periferias contempla as áreas de cultura, trabalho e violência. No entanto, limitá-los a uma das categorias é uma tarefa difícil considerando que os grupos mapeados atravessam fronteiras e inter cruzam diversos temas por ter que responder às emergências do “hoje” em seus territórios. Basta analisar a completude dos questionários respondidos até este mês, onde, apesar de apontar áreas prioritárias, a maioria das organizações deixam claro como esses três campos citados acima, além de outros, se interseccionam nos projetos que desempenham.

A atuação da totalidade das organizações mapeadas trazem uma reflexão sobre o conceito de “trabalho” em suas diferentes conotações. Trabalho como fazer cotidiano, como formação, como transformação da realidade e como gerador de

renda. As organizações que se definem como do campo da “cultura” também são responsáveis pelo trabalho de base que transforma a vida e trajetória dos membros de sua comunidade e por ações geradoras de renda, pautadas na economia criativa. As organizações que têm a “violência” como pauta prioritária mobilizam atividades e redes contra a letalidade, contra a repressão e em defesa do direito à vida, formando quadros que atuam como operadores de direitos e que, em alguns casos, tornam-se profissionais da área. Da mesma forma, aquelas que se apresentam como instituições da área do trabalho produzem ações de geração de renda e emprego com base em práticas, tradições e experiências culturais, além de enfrentar, por se concentrarem no campo ou participar de mobilizações populares, a violência de grandes proprietários e agentes do Estado.

Ao deixar claro que o trabalho perpassa a atuação de todos os grupos mapeados, podemos dialogar especificamente sobre aqueles que autodefinem esta área como primária/prioritária. Dentre as 544 mapeadas, 109 organizações são da área do trabalho. O primeiro dado significativo é que elas concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, onde somam 52% do total¹. São lideradas, conforme o Gráfico 1, por uma maioria de mulheres (58,7%), quando a distribuição por identidade de gênero para a totalidade das organizações é proporcional (50% e 50%).

Destacam-se, entre os nomes das organizações, as palavras “associação”, “instituto”, “coletivo”, “casa”, “social”, “mulheres”, “centro”, “rede” e “projeto”, conforme a nuvem apresentada abaixo, onde o tamanho das palavras representam a expressividade do termo na

forma como são utilizados para definir a identidade de cada um dos grupos. Essas palavras nos trazem a noção de coletividade e de institucionalidade dos grupos deste segmento (Figura 1).

Quanto à institucionalidade, 33% têm formato de ONG, 21% de associação, 18% de coletivo, 11% de instituto, 5,5% de movimentos sociais, 4,5% de cooperativa, 1,83% que se repete para sindicato, fundação e coletivo artístico, e 1% para

fóruns. Apenas 40% têm ligação com algum partido político, com destaque para PT (31%), PSOL (15%) e PCdoB (5,5%), sendo que os demais citados atingem a margem de 2% ou menos.

Os temas que ganham centralidade quando as organizações têm que apresentar seus três principais campos de atuação são “educação”, “desenvolvimento territorial”, “trabalho” e “direitos humanos”. Vale ressaltar que a maioria concentra-

-se em territórios rurais e trabalha com o que a terra lhes oferece (Tabela 1, na página seguinte).

Enquanto 45% do total são caracterizadas como ONG, Associação ou Instituto, as organizações de trabalho concentram 65% neste formato. Devido ao grau de maior formalização das instituições, apresentam percentuais sobre participação social e captação de recursos acima da média. Dentre elas, 72% participam de alguma rede ou fórum,

Gráfico 1

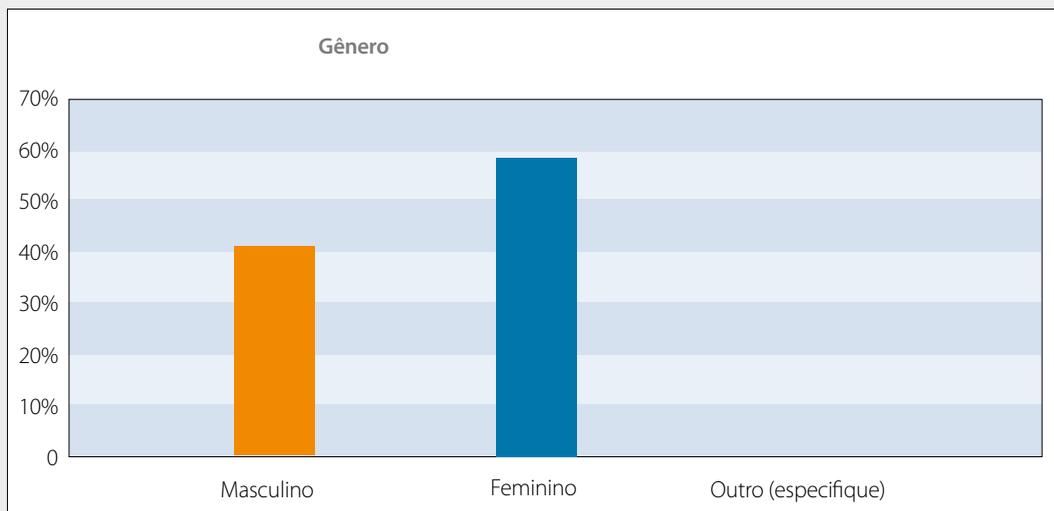


Figura 1



MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS E COLETIVOS DAS PERIFERIAS

65% participam de conselhos de participação e controle social e 67% já participaram de edital de fomento ou de processos de formulação, execução ou o monitoramento de alguma política pública. Outro dado que apresenta grande diferença quanto à totalidade das organizações é que 46% dos movimentos de trabalho já receberam financiamento público estatal – contra 34% das três áreas.

As principais formas de cerceamento e repressão enfrentadas na área de trabalho são: machismo (51%), racismo (50%), LGBTfobia (33%), fundamentalismo e intolerância religiosa (30%) e repressão policial (27%). Este dado é o que mais se aproxima das respostas trazidas

pela totalidade das organizações mapeadas, o que demonstra que os fatores de cerceamento são semelhantes.

As práticas de trabalho da maior parte das organizações se alinham à agenda de sustentabilidade

socioambiental. Este elemento ganha destaque quando são convidadas a apresentar, em forma de hashtag, suas agendas de luta. A nuvem de palavras abaixo nos traz os elementos que ganham destaque na atuação desses movimentos. ■

Tabela 1

Três principais temas de atuação	%	Nº
Educação	44,04	48
Desenvolvimento territorial	37,61	41
Trabalho	36,70	40
Direitos humanos	34,86	38
Feminismos	22,02	24
Povos e comunidades tradicionais	21,10	23
Políticas culturais	14,68	16
Luta antirracismo	13,76	15
Moradia	11,01	12
Saúde	11,01	12
Violência	8,26	9
Difusão artística	6,42	7
LGBTQI	4,59	5
Comunicação	4,59	5
Mobilidade	1,83	2
Religião	0,92	1
População em situação de rua	0,00	0

Figura2

EDUCACAO CULTURA AGROECOLOGIA DIREITOS HUMANOS
EMPODERAMENTO EDUCACAO AMBIENTAL
ECONOMIAS SOLIDARIAS REFORMA AGRARIA
TRABALHO COMUNICACAO ORGANIZACAO

Edital	Prazo/ inscrições	Informações sobre inscrições
UNESCO Prize for Girls' and Women's Education 2019 (premia indivíduos/organizações/instituições que fizeram grandes contribuições a favor da educação para mulheres)	29/05/2019	< https://es.unesco.org/themes/educacion-ninas-y-mujeres/premio >
Cena Plural 2019 – Prefeitura de Belo Horizonte	30/05/2019	< https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/licitacao/concurso-001-2019 >
Fazcultura – Programa Estadual de Incentivo ao Patrocínio Cultural – Governo do Estado da Bahia	02/12/2019	< http://www.cultura.ba.gov.br/2019/03/16310/Inscricoes-abertas-para-o-Programa-Fazcultura-2019-.html >
Festival de Cinema Regionais – Governo do Estado de Pernambuco	10/08/2019	< http://www.cultura.pe.gov.br/editais/ >
6º Prêmio Gerdau Germinar	27/05/2019	< www.prosas.com.br/editais/5046-6o-premio-gerdau-germinar >
Residência Artística Soy Loco Por Ti Juquery	22/05/2019	< https://www.soylocoportijuquery.com/ >
Edital de Chamamento Público Projeto Circula Ceará	17/05/2019	< http://editais.cultura.ce.gov.br/2019/04/17/edital-de-chamamento-publico-projeto-circula-ceara/ >
26º Festival de Cinema de Vitória – Instituto Brasil de Cultura e Arte – IBCA e pela Galpão Produções Artísticas e Culturais	20/05/2019	< https://festivaldevitoria.com.br/26fv/regulamento/ >
Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal	Contínuo	< http://www.cultura.df.gov.br/lei-de-incentivo-a-cultura-df/ >
Sociedade Civil Construindo a Resistência Democrática	19/05/2019	< https://www.cese.org.br/3a-chamada-publica-de-selecao-de-projetos-sociedade-civil-construindo-a-resistencia-democratica/?utm_term=3a+Chamada+Publica+de+selecao+de+projetos+OSociedade+Civil+Construindo+a+Resistencia+DemocraticaO&utm_campaign=CESE+Informa&utm_source=e-goi&utm_medium=email >

Programa Ação Cultural do Metrô de São Paulo	Contínuo	< http://www.metro.sp.gov.br/cultura/exposicoes-eventos/index.aspx >
Edital de Seleção de Projeto de Ocupação do Museu Capixaba do Negro "Verônica da Pas" – Mucane – Prefeitura de Vitória	10/06/2019	< http://vitoria.es.gov.br/noticia/semc-lanca-edital-de-ocupacao-para-museu-capixaba-do-negro-23842 >
Movimento Bem Maior	24/05/2019	< https://movimentobemmaior.org/edital.html >
Programa Bolsa-Atleta – Ministério do Esporte, do Governo Federal	Contínuo	< http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/prerequisitos.jsp >
Programa Google para organizações sem fins lucrativos	Contínuo	< https://www.google.com/intl/pt-BR_ALL/nonprofits/eligibility/ >
Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global – COOPBRASS, promovido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	31/05/2019	< http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pve/programa-de-cooperacao-brasil-sul-sul-coopbrass >
Legado Integrado da Região Amazônica - IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas	03/06/2019	< https://lira.ipe.org.br/edital2.html >
Programa Marielle Franco de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras – Fundo Baobá	Em breve (acompanhar portal)	< http://baoba.org.br/programa-marielle-franco-de-aceleracao-do-desenvolvimento-de-liderancas-femininas-negras/ >
Projetos na América Latina – Open Society Foundations	Contínuo	< https://www.opensocietyfoundations.org/grants/latin-america-program >
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (Manauscult) – Prefeitura de Manaus	31/09/2019	< http://manauscult.manaus.am.gov.br/edital-de-selecao-de-projetos-da-lei-municipal-de-incentivo-a-cultura-2019/ >
Fundo de Ação Urgente (Urgente Action Fund) – Por los Derechos de las Mujeres	Contínuo	< https://fondoaccionurgente.org.co/ >

■ Norte

Acre

Cineclube Filosofia

Data: 25/05

Horário: 15h às 18h

Local: Cine Teatro Recreio AC
Rua Senador Eduardo Assmar
Rio Branco

Amapá

Batalha da Bandeira

Data: 09/06

Horário: Inscrições às 16h, início às 17h

Local: Praça da Bandeira
Macapá

Primeira Fase do Duelo de MCs Nacional

Data: 18/05

Horário: Inscrições às 16h, início às 17h

Local: Ceu das Artes
Macapá

Conexão Zona Sul

Data: 26/05 e 14/06

Horário: Inscrições às 16h, início às 17h

Local: UNIFAP
Macapá

Rap In Santa

Data: 31/05

Horário: Inscrições às 16h, início às 17h

Local: Praça da Fonte – Santana

Amazonas

Virada Sustentável em Manaus 2019

Data: 06/06

Horário: 9h

Local: Parque do Mindu –
Rua Perimetral, s/n
Parque Dez de Novembro
Manaus

Pará

Ecobiblioteca Comunitária Tralhoto Leitor

Oficina para compostagem de material orgânico doméstico

Data: 25/05

Horário: 13h às 17h

Local: Biblioteca Tralhoto Leitor, bairro de Itaiteua (Outeiro)
Belém

Rondônia

Frente Brasil Popular Debate sobre feminicídio

Data: 09/05

Horário: 14h

Local: Assembleia Legislativa de Rondônia
Rondônia

Roraima

Espetáculo Anfêmero

Data: 18/05

Horário: 19h às 22h

Local: Teatro Municipal de Boa Vista
Av. Glaycon de Paiva com Castelo Branco,
Bairro São Vicente
Boa Vista

Tocantins

Sesc Amazônia das Artes 2019

Data: 15 à 18/05

Horário: 20h às 21h

Local: Centro de Atividades Sesc Palmas
Palmas

■ **Nordeste**

Alagoas

Quarta Sinfônica

Data: 29/05

Horário: 18h às 20h

Local: Teatro Deodoro – Praça Marechal Deodoro, s/nº

Maceió

Bahia

Seminário Feminismos e Prostituição

Data: 30/05

Horário: 8h às 17h

Local: Centro Cultural da Câmara de Vereadores de Salvador – Praça Municipal Salvador

Ceará

Associação Cultural Afro-Brasileira Pai Luiz de Aruanda – ACPLA

VII Semana Cultural - Seminário

Data: 14/05

Horário: 8h30 às 18h

Local: Av. Presidente Castelo Branco, 6417 Barra do Ceará (Cuca Che Guevara Barra do Ceará) Fortaleza

VII Semana Cultural Homenagem aos Pretos Velhos

Data: 15/05

Horário: 18h às 22h

Local: Av. 29 de Janeiro, 2180 Barra do Ceará (Centro Espírita de Umbanda General de Brigada e Rainha Pomba Gira) Fortaleza

Maranhão

Circuito de Feiras de Economia Solidária do Médio Mearim

Data: 31/05

Horário: 15h às 22h

Local: Praça central, do município de São Luís Gonzaga do Maranhão

Paraíba

Encontro Estadual de Juristas Populares Fundação Margarida Maria Alves

Data: 18/05

Horário: 9h às 16h

Local: Hotel Netuanah Avenida Cabo Branco, 2698 João Pessoa

Pernambuco

Marcha Mundial das Mulheres Roda de conversa sobre “Economia Solidária e Agroecologia”

Data: 22/05

Horário: 18h às 22h

Local: R. Catalão, 92 – São José (AMPAC – associação de mães, pais e adolescentes do Coque) Recife

Marcha Mundial das Mulheres Roda de conversa sobre “Trabalho infantil, por que combater?”

Data: 10/06

Horário: 18h às 22h

Local: R. Catalão, 92 – São José (AMPAC – associação de mães, pais e adolescentes do Coque) Recife

Piauí

Clubinho de Leituras

Data: 18/05

Horário: 15h às 17h

Local: Biblioteca Cineas Santos – SESC Piauí
Teresina

Rio Grande do Norte

Semana da África

Data: 23 a 25/05/2019

Horário: A partir das 9h

Local: UFRN
Natal

Sergipe

Clube do Livro Sergipe – Livros com Viagens

Data: 15/06

Horário: 14h às 17h

Local: Livraria Escariz
Av. Jorge Amado, 960, Jardins
Aracaju

■ **Centro-Oeste**

Distrito Federal

11ª Parada LGBTQI+ Gama

Data: 19/05

Horário: 13h às 20h

Local: Estádio Valmir Campelo Bezerra
Gama/DF

Goiás

Exposição dos quadros do artista Santana e testes rápidos DPP HIV com o Grupo Pela Vidda

Data: 15 a 24/05/2019

Horário: Horário de funcionamento da Casa

Local: Assembleia Legislativa de Goiânia
Alameda dos Buritís, 231
Goiânia

Mato Grosso

Mesa Redonda “Dia Internacional de Combate à LGBTFOBIA”

(Levar 1 quilo de alimento não perecível)

Data: 17/05

Horário: 9h às 11h30

Local: Auditório da ESAMT
Cuiabá

Mato Grosso do Sul

Sarau Interplanetário Organizado pelo Centro Acadêmico de Psicologia – CAPSi da UFGD

Data: 17/05

Horário: 18h

Local: Rua Osman Ahamad Gebara, 575,
Parque Alvorada
Dourados

■ **Sudeste**

Espírito Santo

Atividades Regionais do Curso de Formação

“Fazer Valer a Implementação das Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 Superando o Racismo Institucional e na Sociedade”

Data: 17/05

Horário: 08h às 17h30

Local: Auditório IFES
Campus de Cachoeiro de Itapemirim
Vitória

Minas Gerais

**Bem-Bom no Betânia
Dia Internacional do
Meio Ambiente**

Data: 05 e 06/06

Horário: 9h às 16h

Local: Parque Jacques Cousteau
Rua Augusto José dos Santos, 366
Belo Horizonte

Rio de Janeiro

**Caixolas da Alegria no Instituto
Reciclantes**

Data: 25/05

Horário: 8h às 12h

Local: Espaço mina madeira
Estrada do Barro Vermelho, 1866
Sala superior
Clube Colégio F. C.
Rio de Janeiro

São Paulo

**Coletivo Beleza Preta
Aniversário de 1 ano**

Data: 18/05

Horário: 13h às 22h

Local: Casa do Hip Hop Piracicaba
Rua Jaçana Altair Pereira Guerrin, 200
Piracicaba

**Aniversário de 1 Ano da
Revista Amazonas
Celebrando a rebeldia feminista**

Data: 25/05

Horário: 10h

Local: R. Aroldo de Azevedo, 20
Jardim Bom Refúgio
São Paulo

Sarau “Os Conversadores”

Data: 18/05

Horário: 19h às 22h

Local: Bar e Merceria Carauari
Praça Carauari, 8 – Vila Maria Alta
São Paulo

■ **Sul**

Paraná

Sarau Palco Aberto

Data: 18/05

Horário: 10h

Local: Bondinho da Leitura
Rua XV de Novembro, s/n
Curitiba

Rio Grande do Sul

Batalha da Leste

Data: 18/05

Horário: 16h às 20h

Local: Praça Dom Silvério, Partenon
Porto Alegre

**Plenária de Metodologia e
Planejamento Fórum Social das
Resistências 2020**

Data: 18/05

Horário: 9h às 13h

Local: Casa de Economia Solidária
Rua Vigário José Inácio, 303
Porto Alegre

Santa Catarina

Samba de Terreiro Florianópolis

Data: 20/05

Horário: 18h às 20h

Local: Escadaria do Rosário
Rua Marechal Guilherme, 60
Florianópolis